

Alerta Legislação nº 30, de 20 a 25 jul. 2026

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI Nº 15.476, DE 23 DE JULHO DE 2026

Fica criado o título Cidade Amiga do Idoso, a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visem a assegurar tratamento mais digno às pessoas idosas.

LEI Nº 15.471, DE 20 DE JULHO DE 2026

Institui a Estratégia Nacional de Saúde do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ensceis); e altera a [Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976](#), a [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e a [Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990](#) (Lei Orgânica da Saúde).

DECRETO Nº 13.080, DE 23 DE JULHO DE 2026

Estabelece os procedimentos e as condições para o parcelamento especial das dívidas dos Municípios, incluídas as de suas autarquias e fundações, com a União, de que trata o art. 4º da [Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025](#).

Prefeitura de São Paulo

DECRETO Nº 65.369, DE 23 DE JULHO DE 2026

Institui o Programa UNISAMPA, autorizado pelo artigo 3º da [Lei nº 18.066, de 28 de dezembro de 2023](#), e dá outras providências.

(...)

Art. 2º O Programa UNISAMPA tem como objetivo promover a inclusão no ensino superior e a qualificação profissional de parcela significativa da população de baixa renda, por meio da concessão de bolsas de estudo integrais ou parciais em cursos de graduação oferecidos por instituições privadas de ensino superior.

(...)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

24/07/2026

LEI Nº 15.476, DE 23 DE JULHO DE 2026

	Fica criado o título Cidade Amiga do Idoso, a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visem a assegurar tratamento mais digno às pessoas idosas. <u>DECRETO Nº 13.080, DE 23 DE JULHO DE 2026</u> Estabelece os procedimentos e as condições para o parcelamento especial das dívidas dos Municípios, incluídas as de suas autarquias e fundações, com a União, de que trata o art. 4º da Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025. <u>DECRETO Nº 13.079, DE 23 DE JULHO DE 2026</u> Institui o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública. <u>DECRETO Nº 13.078, DE 23 DE JULHO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 12.362, de 17 de janeiro de 2025, que estabelece o procedimento para a redução do montante de <i>royalties</i> em contratos da Rodada Zero como incentivo a investimentos na realização de conteúdo local nas atividades de exploração e de produção desses contratos.
23/07/2026 (Ed. extra)	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.380, DE 23 DE JULHO DE 2026</u> Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 3.330.000.000,00, para o fim que especifica.
22/07/2026 (Ed. extra)	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.379, DE 22 DE JULHO DE 2026</u> Altera a Lei nº 15.473, de 22 de julho de 2026, que altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para fortalecer e modernizar o sistema brasileiro de apoio oficial ao crédito à exportação. <u>LEI Nº 15.473, DE 22 DE JULHO DE 2026</u> Altera as Leis nºs 9.818, de 23 de agosto de 1999, e 12.712, de 30 de agosto de 2012, para fortalecer e modernizar o sistema brasileiro de apoio oficial ao crédito à exportação. <u>DECRETO Nº 13.076, DE 22 DE JULHO DE 2026</u> Declara luto oficial pelo falecimento do fotógrafo, produtor e diretor do cinema brasileiro Luiz Carlos Barreto Borges.
22/07/2026	<u>LEI Nº 15.472, DE 21 DE JULHO DE 2026</u> Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil), a fim de explicitar a natureza alimentar dos honorários advocatícios. <u>DECRETO Nº 13.075, DE 21 DE JULHO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 12.955, de 29 de abril de 2026, que regulamenta a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS.

21/07/2026	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.378, DE 20 DE JULHO DE 2026</u> Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Previdência Social, no valor de R\$ 547.000.000,00, para o fim que especifica. <u>LEI Nº 15.471, DE 20 DE JULHO DE 2026</u> Institui a Estratégia Nacional de Saúde do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ensceis); e altera a <u>Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976</u>, a <u>Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021</u> (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e a <u>Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990</u> (Lei Orgânica da Saúde). <u>DECRETO Nº 13.073, DE 20 DE JULHO DE 2026</u> Autoriza o emprego das Forças Armadas para garantir a votação e a apuração e para prestar apoio logístico nas eleições de 2026. <u>DECRETO Nº 13.072, DE 16 DE JULHO DE 2026 (*)</u> Promulga o texto atualizado da Convenção Internacional sobre Padrões de Instrução, Certificação e Serviço de Quarto para Marítimos, incluídos o Anexo e a Parte A do respectivo Código, em conformidade com as Emendas de Manila, adotadas pela Organização Marítima Internacional em 25 de junho de 2010.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	SECRETARIA-GERAL (SG) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL SG-PR/MTE/MPS/MS/MJSP/MEMP Nº216, DE 21 DE JULHO DE 2026</u> Institui o Comitê Interministerial de Monitoramento das Ações para Trabalhadores por Aplicativos com a finalidade de propor, integrar e monitorar ações, políticas e programas voltados aos trabalhadores por aplicativos.
Ministério da Agricultura e Pecuária	SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA <u>PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.662, DE 20 DE JULHO DE 2026</u> Altera a Instrução Normativa nº 30, de 9 de agosto de 2017, que estabelece os procedimentos para submissão de proposta, avaliação, validação e implementação de inovações tecnológicas na fabricação de produtos de origem animal em estabelecimentos com registro no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA MCTI Nº 10.204, DE 20 DE JULHO DE 2026</u> Institui o Plano Nacional de Astronomia (PNA - 2025-2035). CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL <u>RESOLUÇÃO CONCEA Nº 77, DE 22 DE JULHO DE 2026</u> Reconhece método alternativo ao uso de animais para a detecção de endotoxinas bacterianas.

	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ <u>PORTARIA CNPQ Nº 2.844, DE 17 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre regulamentação das modalidades, níveis e valores das bolsas, e sobre as regras destinadas à operacionalização do Programa Inova Talentos.
Ministério da Educação	FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES <u>PORTARIA CAPES Nº 298, DE 21 DE JULHO DE 2026</u> Institui o Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional de Curta Duração e estabelece suas diretrizes, objetivos, modalidades de apoio, requisitos, direitos, deveres e procedimentos de execução. SECRETARIA EXECUTIVA (SE) <u>PORTARIA Nº 640, DE 17 DE JULHO DE 2026</u> Estabelece critérios para a composição, seleção, incorporação, aquisição e gestão do acervo da plataforma MEC Livros e institui a Comissão Técnica Curatorial.
Ministério da Fazenda	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MF Nº 2.198, DE 23 DE JULHO DE 2026</u> Estabelece o valor da subvenção econômica da Gasolina "A", para fins do disposto no art. 1º da Medida Provisória nº 1.358, de 13 de maio de 2026. CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN) <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.331, DE 23 DE JULHO DE 2026</u> Disciplina linha de crédito com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT a ser executada mediante crédito descentralizado concedido por agências de fomento, bancos de desenvolvimento ou instituições de crédito oficiais credenciados pela Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, nos termos do art. 15-A da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007. <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.330, DE 23 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre a contratação, pelas instituições financeiras, de linha de crédito rural para composição de dívidas rurais para liquidação ou amortização de operações de crédito rural e sobre a prorrogação do vencimento de operações de crédito rural que se enquadrem na linha de composição de dívidas, nos termos da Medida Provisória nº 1.376, de 15 de julho de 2026. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 20, DE 23 DE JULHO DE 2026</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis. SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS <u>RESOLUÇÃO CNSP Nº 494, DE 17 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre as operações de cessão e aceitação de resseguro e retrocessão e sua intermediação, as operações de cosseguro, as

	operações em moeda estrangeira e as contratações de seguro no exterior. <u>RESOLUÇÃO CNSP Nº 493, DE 17 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre os corretores de seguros, as entidades autorreguladoras do mercado de corretagem e as instituições de ensino credenciadas a realizar curso ou exame de corretores de seguros.
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA CONJUNTA MGI/MF/CGU Nº 48, DE 20 DE JULHO DE 2026</u> Altera a Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 32, de 4 de junho de 2024, que regulamenta as transferências obrigatórias a estados, Distrito Federal, municípios e consórcios públicos, para a execução de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, de interesse da União, por meio da celebração de termo de compromisso, em atenção ao Decreto nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023, e à Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MJSP Nº 1.248, DE 23 DE JULHO DE 2026</u> Institui o Programa Nacional de Integração e Compartilhamento de Dados e Informações para a Segurança Pública e Defesa Social - Infoseg, estabelece diretrizes para a consolidação da Base Nacional de Segurança Pública como componente estratégico da arquitetura do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - Sinesp e dispõe sobre a governança dos eixos estratégicos de gestão e constituição de dados e de uso, consulta e disponibilização controlada de informações no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
Ministério da Saúde	AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) – Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 61/DIPRO, DE 21 DE JULHO DE 2026</u> Altera a Instrução Normativa ANS nº 28, de 16 de dezembro de 2022, que dispõe sobre os procedimentos do Registro de Produtos AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) – Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ANVISA Nº 462, DE 23 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre a atualização da lista de Denominações Comuns Brasileiras (DCB). – 4ª Diretoria – Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.897, DE 23 DE JULHO DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO. (...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.895, DE 23 DE JULHO DE 2026

(...)

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.857, DE 20 DE JULHO DE 2026

(...)

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.856, DE 20 DE JULHO DE 2026

(...)

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.401 DE 15 DE JUNHO DE 2026 (*)

(...)

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

(...)

(*) Republicada por incorreção no original publicado no DOU nº 110, de 16 de junho de 2026, Seção 1, pág. 115.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

PORTARIA CONJUNTA SCTIE/SAES/MS Nº 2, DE 21 DE JULHO DE 2026

Estabelece o rol de medicamentos oncológicos de altíssimo custo do Ministério da Saúde, previsto no art. 10, § 6º, da Portaria GM/MS nº 8.477, de 20 de outubro de 2025. Ref.: 25000.042060/2026-78.

PORTARIA SCTIE/MS Nº 49, DE 20 DE JULHO DE 2026

Torna pública a decisão de incorporar o rituximabe, a azatioprina e o metotrexato para o tratamento de manutenção de pacientes com vasculite associada aos anticorpos anti-citoplasma de neutrófilos - ANCA e de não incorporar o micofenolato de mofetila e a ciclofosfamida para o tratamento de manutenção de pacientes com vasculite associada aos ANCA, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Ref.: 25000.111871/2025-45.

PORTARIA SCTIE/MS Nº 48, DE 20 DE JULHO DE 2026

Torna pública a decisão de ampliar o uso, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, do praziquantel para o tratamento de crianças de 2 a 4 anos de idade com esquistossomose. Ref.: 25000.224284/2025-15.

PORTARIA SCTIE/MS Nº 47, DE 20 DE JULHO DE 2026

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a claritromicina granulado para suspensão oral e ampliar o uso da claritromicina comprimido como esquema de segunda linha para o tratamento da hanseníase em adultos e crianças com reação adversa ao tratamento de primeira linha. Ref.: 25000.077660/2025-76.

PORTARIA SCTIE/MS Nº 46, DE 20 DE JULHO DE 2026

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o adalimumabe para o tratamento de uveítes não infecciosas em crianças e adolescentes não associadas à artrite idiopática juvenil. Ref.: 25000.001363/2026-31.

	<u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 45, DE 20 DE JULHO DE 2026</u> Torna pública a decisão de ampliar o uso, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, da elastografia hepática ultrassônica para o estadiamento e o monitoramento da fibrose hepática em pacientes com colangite biliar primária. Ref.: 25000.177514/2025-40. <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 44, DE 20 DE JULHO DE 2026</u> Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o marstacimabe para o tratamento de pacientes adultos e adolescentes (≥ 12 anos de idade, acima de 35kg) com hemofilia B grave sem inibidores contra o fator IX de coagulação plasmático. Ref.: 25000.204618/2025-34. <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 43, DE 20 DE JULHO DE 2026</u> Torna pública a decisão de incorporar o metotrexato para o tratamento de uveítes não infecciosas e de não incorporar o micofenolato de mofetila para o tratamento de uveítes não infecciosas, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Ref.: 25000.001662/2026-75. <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 42, DE 20 DE JULHO DE 2026</u> Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a ciclofosfamida administrada por via oral para pacientes com vasculite associada aos anticorpos anti-citoplasma de neutrófilos do tipo granulomatose com poliangiíte ou poliangiíte microscópica submetidos à terapia de indução de remissão. Ref.: 25000.111599/2025-01. <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 41, DE 20 DE JULHO DE 2026</u> Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o dicloridrato de pramipexol liberação prolongada para o tratamento da doença de Parkinson idiopática em fase inicial ou avançada. Ref.: 25000.175386/2025-08. <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 40, DE 20 DE JULHO DE 2026</u> Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a edaravona para o tratamento de pacientes adultos com esclerose lateral amiotrófica em estágios iniciais (graus 1 ou 2, e duração da doença menor ou igual a 2 anos). Ref.: 25000.159654/2025-36. <u>PORTARIA SCTIE/MS Nº 39, DE 20 DE JULHO DE 2026</u> Torna pública a decisão de atualizar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Hepatite C e Coinfecções. Ref.: 25000.046857/2026-44. SECRETARIA DE SAÚDE INDÍGENA (SESAI) <u>PORTARIA SESA/MS Nº 483, DE 21 DE JULHO DE 2026</u> Institui, no âmbito da Secretaria de Saúde Indígena, o Comitê de Monitoramento de Eventos em Saúde Pública de Saúde Indígena - CME/SESAI.
Ministério de Minas e Energia	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA MME Nº 140, DE 18 DE JULHO DE 2026</u> Estabelece as diretrizes para a operacionalização da compensação dos custos decorrentes de cortes de geração de usinas eólicas e

	solares fotovoltaicas de que trata o 1º-B da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 .
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	COMITÊ GESTOR DO GARANTIA-SAFRA RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JULHO DE 2026 Aprova o Plano Operacional da Estratégia de Adaptação Climática na Agricultura Familiar - EACAF e autoriza a aplicação de recursos do Fundo Garantia-Safra para sua implementação.
Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)	GABINETE DO MINISTRO (GM) PORTARIA GM/MPO Nº 309, DE 23 DE JULHO DE 2026 Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R\$ 600.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA RESOLUÇÃO Nº 3, DE 16 DE JULHO DE 2026 Recomenda ao Presidente da República a regulamentação do Sistema Nacional de Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência e do Instrumento de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBr-M).
Ministério dos Transportes	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT – Diretoria Colegiada INSTRUÇÃO NORMATIVA ANTT Nº 45, DE 17 DE JULHO DE 2026 Alterar a Instrução Normativa nº 30, de 30 de setembro de 2024, que aprovou a Disciplina sobre a Política de Gestão de Riscos da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA (CFFA) RESOLUÇÃO CFFA Nº 836, DE 20 DE JUNHO DE 2026 Dispõe sobre a regulamentação do uso da eletroestimulação por fonoaudiólogos. CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA (CFO) RESOLUÇÃO CFO-297, DE 21 DE JULHO DE 2026 Dispõe sobre a vedação do uso do polimetilmetacrilato (PMMA) como substância preenchedora injetável para fins exclusivamente estéticos no âmbito do exercício da Odontologia, e dá outras providências.
SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO	

PUBLICAÇÃO DOE-SP	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
20/07/2026	<u>DECRETO Nº 70.762, DE 17 DE JULHO DE 2026</u> Ratifica convênios celebrados nos termos da Lei Complementar federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975. <u>DECRETO Nº 70.760, DE 17 DE JULHO DE 2026</u> Coloca veículos da Administração direta e indireta do Estado à disposição do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, e dá providências correlatas. <u>DECRETO Nº 70.759, DE 17 DE JULHO DE 2026</u> Regulamenta a Lei Complementar nº 863, de 29 de dezembro de 1999, e institui a Política Estadual de Governança Normativa, no âmbito do Poder Executivo.
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP/AEFP Nº 736 DE 23-07-2026</u> Autoriza a divulgação dos Índices de Preços de Obras Públicas. SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL – Diretoria Geral Executiva da Administração Tributária <u>PORTARIA DEAT Nº 42/2026</u> Cria Serviço de Pronto Atendimento, extingue Posto Fiscal, divulga novos locais de atendimento para fins de cumprimento de obrigações tributárias e dá outras providências.
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
23/07/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 758/2026, DE 23/07/2026</u> Institui o Cadastro Estadual de Condenados por Crimes Sexuais e por Outras Formas de Violência contra Crianças, Adolescentes e Pessoas Vulneráveis, no âmbito do Estado de São Paulo, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 757/2026, DE 23/07/2026</u> Institui a Lei Paulista de Estímulo à Doação Voluntária de Sangue e Medula Óssea. <u>PROJETO DE LEI Nº 755/2026, DE 23/07/2026</u> Institui o Programa Estadual de Comercialização Direta da Produção Rural e Artesanal Paulista - Programa Da Porteira à Porta, e dá providências correlatas. <u>PROJETO DE LEI Nº 754/2026, DE 23/07/2026</u>

	Institui o Prêmio de Desempenho Operacional Antitráfico (PDOA) aos policiais que efetuarem a neutralização de traficantes reincidentes e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 752/2026, DE 23/07/2026</u> Institui a Rede Paulista de Pesquisa em Lesão Medular e dá providências correlatas. PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 15/2026, DE 23/07/2026</u> Altera a Lei Complementar nº 1.398, de 28 de maio de 2024, para aperfeiçoar a disciplina da prestação de tarefa por tempo determinado dos policiais militares da reserva no Programa Escola Cívico-Militar, e dá providências correlatas.
22/07/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 751/2026, DE 22/07/2026</u> Estabelece princípios, objetivos e diretrizes da Política Estadual de Prevenção da Reincidência da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, dispondo sobre o fomento e a articulação de Grupos Reflexivos para Agressores. <u>PROJETO DE LEI Nº 750/2026, DE 22/07/2026</u> Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 1.036, de 11 de janeiro de 2008, que institui o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo, para incluir conteúdos sobre letramento de gênero e combate à violência contra a mulher. <u>PROJETO DE LEI Nº 749/2026, DE 22/07/2026</u> Dispõe sobre o controle populacional e o abate do javali-europeu (sus scrofa) no Estado de São Paulo, institui incentivo financeiro para o manejo da espécie, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 746/2026, DE 22/07/2026</u> Institui no Programa Bom Prato, exclusividade para atendimento à idosos no âmbito do Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI Nº 745/2026, DE 22/07/2026</u> Dispõe sobre o pagamento efetuado por cédula de dinheiro nas praças de pedágio no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências
21/07/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 743/2026, DE 21/07/2026</u> Dispõe sobre normas complementares para o exercício da atividade profissional de mototaxista no Estado de São Paulo, institui o Cadastro Estadual de Mototaxistas e dá outras providências <u>PROJETO DE LEI Nº 742/2026, DE 21/07/2026</u> Estabelece diretrizes para a instituição do Programa de Apoio Alimentar aos Estudantes de Cursinhos Populares e Comunitários no Estado de São Paulo, autoriza a integração com a rede do Programa "Bom Prato", e dá providências correlatas.

20/07/2026	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 740/2026, DE 20/07/2026</u> Veda a publicidade, a promoção e a divulgação de plataformas de conteúdo adulto, serviços de acompanhantes e intermediação de entretenimento explícito em espaços públicos e bens concedidos no Estado de São Paulo, e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 739/2026, DE 20/07/2026</u> Dispõe sobre a proibição da publicidade e do patrocínio de casas de apostas (bets) em espaços públicos ou terceirizadas e veda a divulgação de serviços adultos e plataformas de conteúdo associadas no Estado de São Paulo <u>PROJETO DE LEI Nº 738/2026, DE 20/07/2026</u> Veda a celebração de contratos, convênios, parcerias e patrocínios entre a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo e empresas de apostas de quota fixa (bets), restringe a publicidade de bets em eventos que contem com patrocínio ou apoio público estadual, e dá outras providências.
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)
22/07/2026	COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>COMUNICADO GP Nº 36/2026</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, COMUNICA aos Prefeitos dos Municípios jurisdicionados a necessidade de observância das disposições da Lei Federal nº 15.326/2026, que alterou a Lei Federal nº 11.738/2008, que dispõe sobre o piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, e a Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), especialmente quanto ao reconhecimento dos professores da educação infantil como profissionais do magistério e ao seu enquadramento na respectiva carreira, desde que atendidos os requisitos previstos na legislação, independentemente da denominação do cargo. Ressalte-se que, na aplicação da referida norma, deverão ser consideradas as atribuições efetivamente desempenhadas pelos profissionais, a formação exigida para o exercício da função, a forma de ingresso no serviço público e os demais requisitos legais, não sendo suficiente, por si só, a denominação do cargo para afastar sua incidência. Assim, os Municípios deverão adotar as providências administrativas e jurídicas necessárias ao fiel cumprimento da legislação, promovendo a adequada valorização dos profissionais por ela alcançados, observadas a disponibilidade orçamentária e as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

	Este Tribunal de Contas acompanhará a observância da legislação vigente no exercício de suas competências constitucionais de fiscalização e controle externo. Publique-se. São Paulo, 21 de julho de 2026. CRISTIANA DE CASTRO MORAES PRESIDENTE
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
24/07/2026	<u>DECRETO Nº 65.377, DE 23 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre os procedimentos aplicáveis à fiscalização das Instituições de Educação Infantil pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino, mantidas por entidades privadas, no Município de São Paulo. <u>DECRETO Nº 65.373, DE 23 DE JULHO DE 2026</u> Introduz alterações no Decreto nº 64.482, de 15 de agosto de 2025, que dispõe sobre o pagamento do Prêmio de Desempenho Educacional - PDE, relativo ao exercício de 2025. <u>DECRETO Nº 65.372, DE 23 DE JULHO DE 2026</u> Dispõe sobre a criação e denominação do Parque Municipal Jardim Prainha - Pabreu, situado no Distrito do Grajaú, Subprefeitura de Capela do Socorro. <u>DECRETO Nº 65.369, DE 23 DE JULHO DE 2026</u> Institui o Programa UNISAMPA, autorizado pelo artigo 3º da Lei nº 18.066, de 28 de dezembro de 2023, e dá outras providências. (...) Art. 2º O Programa UNISAMPA tem como objetivo promover a inclusão no ensino superior e a qualificação profissional de parcela significativa da população de baixa renda, por meio da concessão de bolsas de estudo integrais ou parciais em cursos de graduação oferecidos por instituições privadas de ensino superior. (...)

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Fernanda Vieira Cunha Schvanz
fschvanz@sp.gov.br

Márcia Santos de Oliveira
msoliveira@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>